

CARTA DO COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Ao Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - Paulo Roberto Martins Maldos.

As organizações da sociedade civil e movimentos sociais que compõem o **Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos**, preocupadas com os rumos do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH vêm por meio desta, primeiramente desejar boas vindas ao novo Secretário Nacional de Direitos Humanos e reiterar nossas reivindicações no que se refere às ações para o fortalecimento do PPDDH.

Entendemos que o PPDDH passa por um momento crítico, por essa razão é necessário reassumirmos o compromisso de concretizar as medidas para a estruturação do Programa e garantir a efetiva proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos desse país.

Nesse sentido, desde 2005, o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos apresenta à SDH/PR sua avaliação sobre a institucionalização do Programa e sugestões para o seu fortalecimento, buscando transformá-lo em uma verdadeira política pública de Estado.

Preocupados com os rumos do Programa, vimos apontando a falta de definição metodológica unificada e de procedimentos a serem adotados em casos de defensoras/es de direitos humanos que necessitem de proteção e a ausência de marco legal como sendo grandes empecilhos para o seu funcionamento, somando-se aos problemas históricos a fragilidade e descontinuidade na sua gestão.

Ademais, constatamos que no último período houve limitação do diálogo com a sociedade civil por parte dessa secretaria. Assim, ressaltamos, que a sociedade civil sempre foi considerada ator importante na construção das atividades dentro do PPDDH. Em que pese as dificuldades, sempre houve um processo de diálogo em que podíamos sugerir e colaborar na construção e fortalecimento do Programa.

Também vemos com preocupação o fato de que desde julho de 2014 não há reunião da Coordenação Nacional do PPDDH, embora sigam inalteradas as situações de ameaça a defensoras e defensores de direitos humanos.

Nesse sentido, urge a necessidade de resgatarmos o diálogo transparente e permanente com a sociedade civil no âmbito desta Secretaria.

Diante de tais questões reiteramos as recomendações feitas a esta Secretaria, em novembro de 2014 (documento anexo) e solicitamos com urgência a realização de reunião da Coordenação Nacional do PPDDH, bem como solicitamos uma

reunião do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, com o atual Secretário em março desse ano.

Atenciosamente,

Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, em 02 de março de 2015.

1. AMUS – Associação de Mulheres Unidas da Serra
2. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR – Bahia
3. Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente - AMENCAR
4. Comissão Pastoral da Terra – CPT
5. Dignitatis – Assessoria Técnica Popular
6. Dom da Terra – AfroLGBT
7. CDDH - Serra
8. CDDH Dom Tomás Balduino
9. CDDH Pedro Reis - Regional Sul/ES
10. CADH - Centro de Apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa dos Santos “Leo”
11. Fórum Estadual de Juventude Negra/ES – FEJUNES
12. Fórum Paranaense das Religiões de Matrizes Africanas
13. Grupo Tortura Nunca Mais - Bahia
14. Justiça Global
15. Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH
16. Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB
17. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST
18. Secretaria de Justiça e Segurança Pública da ABGLT
19. Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH
20. Sociedade Colatinense Proteção e Defesa dos Direitos Humanos